

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

WESLEY NASCIMENTO SANTOS

**REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS
EDUCACIONAIS PARA AS DIFERENÇAS SURDAS**

SÃO CARLOS -SP
2023

WESLEY NASCIMENTO SANTOS

**REFLEXÃO SOBRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS
PARA AS DIFERENÇAS SURDAS.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS / Língua Portuguesa da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, para obtenção do título de Bacharel em Tradução e Interpretação em Libras / Língua Portuguesa.

Orientadora: Mariana de Lima Isaac Leandro Campos

São Carlos-SP
2023

DEDICATÓRIA

Gostaria de dedicar este trabalho aos surdos que não tiveram a mesma oportunidade de entrar e permanecer em uma universidade pública, em especial aos surdos sinalizantes.

AGRADECIMENTO

Quero agradecer aos meus ancestrais, aos meus orixás em especial Exú pela comunicação pela palavra, também a Xangô pela justiça e por me preservar até aqui.

Queria agradecer minha mãe por sempre me empoderar em relação sobre ser surdo e sempre privilegiar a língua de sinais. Agradeço por todos os cuidados comigo desde quando nasci até hoje.

Aos meus irmãos por sempre serem amorosos comigo e chatos às vezes.

A minha tia Regina e minha prima Érica que é como uma irmã para mim, agradeço o suporte de sempre.

Ao Davson Soares, meu amor, obrigado pelo suporte, pela parceria na graduação, paciência, companheirismo e amor, espero que continuemos crescendo juntos. Te amo!

Gostaria de agradecer imensamente a minha melhor amiga, Sueli Trevisan. Su, obrigado pelo suporte ao longo da graduação, foi muito importante, por diversas vezes cogitei desistir e você sempre me incentivou, sempre me deu voz quando precisei. Sou muito grato ao universo por ter sua amizade e de sua família. Você e o Emerson, seus filhos, e a Gabi são muito importantes para mim, minha família que meu coração escolheu. Emerson, obrigado por todos os conselhos ao longo destes quase sete anos é muito bom refletir coisas contigo.

Ao Jonas Angelim, obrigado pela parceria e ciladas hahaha, ao longo da graduação, pelos cafés, muito obrigado, amigo.

À Ingra pela amizade, pelos rolês em festas, pelos nossos papos sobre relacionamentos, muito obrigado.

À Flávia Lima por me acolher durante muitos momentos na graduação, pelos papos, por fazermos nada juntos, sua amizade foi muito importante durante a graduação.

Gostaria de agradecer à professora Diléia Martins que durante a graduação me incentivou em inúmeras vezes a pesquisar, participar de eventos, para além disso foi para mim um modelo de representatividade negra.

À professora Mariana Campos, obrigada por ser meu modelo surdo durante a graduação e falar sobre políticas públicas, isso me instigou a pesquisar sobre.

Gostaria de agradecer ao 63, apartamento onde moro com Davson, Jonas, Ingra, Ruan e Sid por todos esses anos, por todo suporte que de alguma forma me deram.

Aos rolezeiros que sempre estiveram comigo em vários momentos da graduação sérios e divertidos, ao Lauro pela amizade, pelas ciladas, por me apresentar o LEEDIM.

Quero agradecer à Gisele Zutin pelo seu profissionalismo enquanto Pró-reitora de Assuntos Estudantis aqui na UFSCar, sou grato pelo suporte, à Eliana da Caape, ao Pró estudo, ao SETILS em especial a Tatiane Bonfim.

Gostaria de agradecer à UFSCar que mudou minha vida, obrigado por todo o suporte, pelos eventos, pelos profissionais que encontrei aqui dentro. A melhor do Brasil.

Gostaria de agradecer pela participação das professoras presente na banca de TCC e também aqueles que ajudaram que fosse possível essa apresentação de maneira remota.

Por fim, porém não menos importante, quero agradecer à Associação de Surdos de São Carlos e pelos surdos daqui todos esses anos me serviram de grande aprendizado, sou muito grato.

EPÍGRAFE

Eles combinaram de nos matar, e a gente combinou de não morrer.

RESUMO

A implantação de Políticas Públicas no Brasil geralmente é resultado de muitas lutas que produzem conquistas sociais. Essas políticas devem garantir o acesso de grupos minoritários, especificamente de pessoas surdas, a direitos previstos em dispositivos jurídicos. Com isso, este trabalho teve como objetivo refletir de que forma as políticas públicas educacionais abarcam as especificidades das diferenças surdas. Portanto, pesquisamos como se dá essa construção das políticas principalmente quando pensamos em criações de leis e diretrizes, considerando ou não as diferenças surdas. A disputa de poder acaba gerando atritos, pois se deveria pensar em leis para essas pessoas, observando que são vidas, perspectivas, lugares discursivos e poderes diferentes, entretanto, nos momentos de debates para criação de política pública, todos os surdos são colocados como categoria única; gerando assim impasses e disputas de vivências; numa tentativa de apontar qual necessita mais que a outra. Para a realização desse estudo, realizou-se uma análise documental e discursiva por meio de vídeos disponíveis em sites públicos, acerca da inclusão da modalidade de Educação Bilíngue de surdos como modalidade ensino regular desvinculada da Educação Especial. Neste trabalho contou-se como nosso aporte teórico os Estudos Surdos. Observou-se a importância de dialogar com esses grupos surdos, a fim de compreender melhor qual política pública os atende. Espera-se que o presente estudo contribua para a reflexão da importância de ter políticas públicas específicas para atender sujeitos surdos sob suas diferenças.

Palavras-chaves: Surdos. Legislação. Movimento Social. Direitos Humanos. Educação Bilíngue de Surdos. Diferenças surdas.

ABSTRACT

The implementation of Public Policies in Brazil is usually the result of many struggles that produce social achievements. These policies must guarantee the access of minority groups, specifically deaf people, to rights provided for in legal provisions. Thus, this work aimed to reflect on how educational public policies cover the specificities of deaf differences. Therefore, we researched how this construction of policies takes place, mainly when we think about the creation of laws and guidelines, considering or not the deaf differences. The power dispute ends up generating friction, as laws should be thought of for these people, noting that they are different lives, perspectives, discursive places and powers, however, in moments of debates for the creation of public policy, all deaf people are placed as a category only; thus, generating impasses and disputes of experiences; in an attempt to point out which needs more than the other. In order to carry out this study, a documentary and discursive analysis was carried out through videos available on public websites, about the inclusion of the Bilingual Education modality for the deaf as a regular teaching modality unrelated to Special Education. In this work, Deaf Studies and Cultural Studies were considered as our theoretical contribution. The importance of dialoguing with these deaf groups was observed, in order to better understand which public policy serves them. It is hoped that the present study will contribute to the reflection on the importance of having specific public policies to assist deaf subjects with their differences.

Keywords: Deaf. Legislation. Deaf Signers. Social movement. Human rights.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. CONTEXTOS E SURGIMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

1.1 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

1.2 DIFERENÇAS SURDAS

1.3 RECONHECIMENTO DA LIBRAS E A CONQUISTA DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTO DA PESQUISA

2.1 DEBATES REFERENTES À EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

As políticas públicas têm um papel fundamental na sociedade, pois é por meio delas que “os governos traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real.” (SOUZA, 2002, p.5). Ainda de acordo com Souza, as políticas públicas são desenhadas e formuladas para se converterem em planos, programas, projetos, bases de dados ou sistema de informação e pesquisas e a partir de sua implementação podem estar sujeitas a procedimentos de acompanhamento e avaliação (SOUZA, 2002). Desse modo, elas apresentam caráter participativo e segundo (SOUZA, 2002, p. 13) são

Impulsionadas, por um lado, pelas propostas dos organismos multilaterais e, por outro, por alguns partidos políticos, como é o caso do PT no Brasil, várias experiências têm sido desenhadas visando à inserção de grupos sociais e/ou de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, principalmente nas políticas sociais.

Nesse sentido, com apoio de movimentos sociais, são implementados dispositivos jurídicos que garantem e mantêm direitos aos cidadãos.

O foco nessa pesquisa é a participação popular das pessoas surdas para garantia de seus direitos linguísticos e cidadania na aprovação de políticas públicas com objetivos de atender suas demandas. As participações foram evidenciadas, inclusive, para a aprovação da lei nº 14.191 2021, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de Educação Bilíngue de Surdos. Parte dos debates para essa aprovação servirão de análise neste trabalho.

As políticas públicas para surdos, em alguma medida, sempre me afetaram. Sou surdo de nascença e passei pelo processo educacional da seguinte forma: nos meus primeiros anos escolares, inicialmente a pedido do meu pai, fui colocado em escola com ouvintes e por consequência acabei sendo reprovado ainda na primeira série por não acompanhar meus amigos ouvintes. Logo minha mãe detectou que eu deveria ir para a escola especial, como era chamada naquela época. Com isso, ela pegou um laudo médico, o apresentou à escola e, assim, comecei a estudar em uma escola onde tinha alunos ouvintes e surdos. Eu ficava apenas na sala de aula com surdos, porém o método que a professora usava era Comunicação Total, hoje em dia percebo que, embora fosse a abordagem daquela época, essa professora sempre privilegiou a língua de sinais. Depois que cheguei nessa escola a minha aquisição do português foi mais rápida, primeiro porque eu já tinha um contato prévio com Libras por conta da minha mãe que tinha um cuidado em relação a minha aprendizagem, então eu era proibido de oralizar na rua, só podia sinalizar. Isso me fez ter até uma vantagem em relação aos meus amigos surdos

quando entrei nessa escola, porque já conhecia e me comunicava em Libras. Lembro que as professoras acabavam me perguntando muitos sinais, visto que algumas não eram tão fluentes em Libras. Quando cheguei na quinta série fui obrigado a ir para uma escola com ouvintes e alguns surdos, neste caso era uma escola inclusiva, então ficava na mesma sala com ouvintes e tinha intérpretes, às vezes não, por se tratar de uma escola em uma zona periférica nem sempre os intérpretes iam para lá. Assim, durante a tarde estudava nessa escola e no período da manhã ia para sala de recursos, isso ocorreu até a oitava série. Depois passo a fazer o ensino médio e um curso técnico em análises clínicas de laboratórios, ambos com intérpretes. Na sala de aula, devido a um problema de saúde da intérprete, acabei ficando sem esse serviço por quase todo o ensino médio, pois só teve intérprete quando faltavam 6 meses para o fim do ensino médio. Me formei e fui fazer um cursinho pré vestibular, também sem intérpretes. Nesse momento, eu precisava fazer leitura orofacial, e meu interesse inicial era cursar direito, cursei um ano sem intérprete e, quando me desliguei de lá, contrataram intérpretes. Sempre me identifiquei com os surdos que sinalizavam, pois ao meu ver parecia fazer mais sentido pelo que eles lutavam em prol comunidade surda e com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação - UNESCO e da Organização das Nações Unidas - ONU na minha concepção não feria os direitos linguísticos e nem humanos.

Minha entrada no Curso de Bacharelado em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (Libras)/Língua Portuguesa da UFSCar se deu a partir da indicação de um amigo ouvinte, que estudou comigo no ensino médio. Pesquisando sobre o curso, acabei sendo atraído para a UFSCar e ingressei nesse curso no ano de 2016. A partir desse momento tive diversas possibilidades de leituras, discussões, participações em eventos o que possibilitou o meu desenvolvimento.

Me deparo com este tema a partir da minha vivência enquanto sujeito surdo que oraliza em português e fala em Libras. Sempre percebi que existia uma questão na militância dos surdos, neste caso os sinalizantes, que constantemente lutaram e lutam pela Libras e em contraponto os surdos ditos DA (Deficiência Auditiva) ou surdos que ouvem lutaram e lutam para ter acesso a aparelhos auditivos, por uma sala de aula que pudessem ter caixas de sons. Portanto, as lutas dos DA eram sempre por alguma tecnologia. Por ser um surdo que transita tanto no meio dos surdos oralizados quanto dos sinalizantes. Quando surgiram as discussões sobre a alteração da LDB, comecei a reparar que existiam surdos reivindicando ações que não contemplavam determinados grupos de surdos e essas reivindicações acabavam passando despercebidas e/ou se contrapondo às petições iniciais. Foi a partir deste momento

que começaram a surgir inquietações sobre essas criações de políticas públicas para esses grupos de surdos.

De todo modo, as lutas da comunidade surda que se comunicam pela língua de sinais resultaram na aprovação da Lei nº 14.191/2021 (Brasil, 2021) que coloca a modalidade de Educação Bilíngue de surdos como independente da Educação Especial. No entanto, antes dessa aprovação, essa lei foi pauta de diversos encontros e debates acirrados, justamente pelas especificidades das diferenças surdas. O que nos chamou a atenção nesses encontros foi justamente a confusão gerada pela diversidade de entendimentos acerca das diferenças entre as pessoas surdas sinalizantes e as pessoas surdas oralizadas, bem como acerca das adequações necessárias para a educação e desenvolvimento de cada grupo. Esses debates suscitaram em mim reflexões e, com isso, chegamos à seguinte pergunta de pesquisa: é importante considerar as diferentes formas de vida ou identidades para propor política pública a determinado grupo?

Desse modo, nesta pesquisa o objetivo geral é refletir de que forma as políticas públicas educacionais abarcam as especificidades das diferenças surdas. Para tanto, apontaremos brevemente as principais políticas públicas educacionais para a comunidade surda falante de Libras; as diferenças surdas, com as perspectivas antropológica e clínica (diferença linguística versus reabilitação) e um pouco de como ocorreram os debates para inclusão da modalidade de ensino bilíngue de surdos na LDB. Por isso, teve-se interesse na área de política pública com a necessidade de realizar esta pesquisa para conclusão do curso.

O trabalho está organizado em quatro capítulos sendo o primeiro capítulo é referente ao contexto e surgimento das políticas de Educação Bilíngue de Surdos e as diferenças surdas pontuando brevemente a heterogeneidade de sujeitos surdos e que, para esse estudo, considerou-se apenas dois grupos de surdos, surdos sinalizantes e surdos oralizados. E também apresenta-se o histórico desde o reconhecimento legal da Libras como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas.

No segundo capítulo apresenta-se os procedimentos metodológicos da pesquisa, partindo da realização de busca e análise de dois vídeos de audiência pública sobre a proposta de alteração na LDB para inserção da Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino regular. Desses vídeos foram recortados trechos de falas dos participantes para análises, considerando a perspectiva de surdez (oralizados e falantes de Libras).

No terceiro capítulo, está a apresentação e análise dos dados coletados, demonstrando através da descrição dos debates do movimento surdo.

E, por fim, no quarto capítulo como considerações finais, aponta-se que é essencial reconhecer as diferenças surdas para que, ao apresentar políticas públicas, as especificidades

das vidas surdas sejam consideradas ou então apenas uma das partes seja atendida em suas necessidades para promoção de uma educação adequada. Observa-se que a falta de informações e conhecimentos sobre as diferentes concepções de surdez pode prejudicar a instituição de políticas públicas e a educação de surdos.

1. CONTEXTOS E SURGIMENTO DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

1.1 BREVE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

Para compreender melhor a importância do envolvimento das pessoas nas conquistas linguísticas, educacionais, culturais, sociais e políticas atuais da comunidade surda brasileira, faremos uma breve explanação da história dos acontecimentos com foco na educação. Assim, apresentaremos de forma muito breve um pouco da história da educação dos surdos.

Lacerda (1998) apresenta um pouco dessa história, especificamente em relação às propostas educacionais de ensino de surdos: o oralismo, a comunicação total e o bilinguismo, bem como as dificuldades enfrentadas pelas pessoas surdas ao longo da história.

Ainda autora acima (1998), as primeiras menções à educação das pessoas surdas são do século XVI, sendo que anterior a esse período elas eram excluídas socialmente e vistas como primitivas e que não podiam ser educadas. A partir de então, educadores e pesquisadores interessados na educação dessas pessoas desenvolveram diversas propostas de ensino (LACERDA, 1998). Falando rapidamente sobre elas: o oralismo, que tinha como proposta fazer com que os surdos aprendessem via leitura orofacial a recepção da linguagem fosse pela via auditiva. Nessa proposta era proibido o uso das línguas de sinais, a prioridade era que toda aprendizagem ocorresse como a de ouvintes, ignorando assim todo fato da língua oral auditiva não ser acessível, acreditava-se que se colocassem aparelhos auditivos consequentemente crianças iriam ser educadas a como ouvir e posteriormente iriam desenvolver a fala (LACERDA, 1998).

Mesmo com diversos incentivos, o oralismo recebe muitas críticas, de autoras como Rezende (2021) pela complexidade e fracassos na educação de surdos, porque da maneira que eram aplicados os métodos era quase impossível uma criança com surdez profunda se desenvolver a partir do oralismo. Alguns estudiosos da época não consideravam que as pessoas surdas estavam se desenvolvendo e sim que passavam por um treinamento e algo artificial, que

acabariam excluídas essas pessoas de uma situação real e fora desse treinamento, reforçando que toda essa aprendizagem nada mais é do que um decorador de situações, de fala, fazendo com que esses surdos tenham uma linguagem e desenvolvimento robotizados, deixando-os desumanizados (LACERDA, 1998).

Com o fracasso do oralismo, na década de 70, surge uma nova proposta alinhada à ascensão dos estudos das línguas de sinais, em específico o ASL língua de sinais americanas: a Comunicação Total, assim como explica (Stewart 1993, p. 118 apud Lacerda, 1998) "A Comunicação Total é a prática de usar sinais, leitura orofacial, amplificação e alfabeto digital para fornecer *inputs* lingüísticos para estudantes surdos, ao passo que eles podem expressar-se nas modalidades preferidas". Nessa perspectiva, tudo era possível, sendo que o foco era que o surdo se expressasse de alguma maneira, e não necessariamente a oralização como foco, mas sim uma ferramenta para que aquela criança pudesse se expressar minimamente. Diferente do oralismo, que proibia a língua de sinais, um ponto positivo da Comunicação Total foi esse contato com a língua de sinais, mesmo que fosse com o intuito apenas de ser uma ferramenta lingüística e não como uma língua. Em contraponto, outras pesquisas aconteciam no mundo, como a de Stokoe (1960) com a intenção de achar algo que fosse mais promissor do que essas duas propostas. E com isso, surgem pesquisas, como Skliar(1998), Lodi (2012) Rezende (2010) Lima (2018) Martins (2020) com foco na Educação Bilíngue que tem como objetivo colocar, desde criança, surdos em contato com a língua de sinais e nesta perspectiva, a língua de sinais, ganha um *status* de língua, e de língua do surdo, que é por ela que o sujeito vai constituir suas interações sociais, profissionais e acadêmicas.

Essa perspectiva bilíngue, além de contribuir para educação e para que crianças surdas vejam surdos adultos como modelo lingüístico e assim constituírem as identidades surdas; essa proposta se diferencia das propostas anteriores, pois tem como foco a valorização da língua de sinais e a promoção do sujeito surdo enquanto sujeito visto em sua diferença lingüística, cultural e identitária, sujeito que tem a modalidade gesto-visual como comunicação e obtenção de conhecimento, informação por meio da visão. A partir desse entendimento, a comunidade surda sinalizante luta desde 1999 no V Congresso Latino Americano de Educação Bilíngue para surdos até atual e conquista, em 2021, o direito legal à Educação Bilíngue de surdos como modalidade de ensino. Alguns autores famosos no campo da educação para surdos, como Müller, J. I. Sturmer, I. E., E. Karnopp, L. B., & Thoma, A. S. (2013) defendem uma escola por uma perspectiva bilíngue, no caso para pessoas surdas. Um exemplo é a ativista Patricia Rezende, em um dos seus artigos mais recentes faz os seguintes questionamentos:

Ativistas inclusivistas querem enquadrar a Educação Bilíngue de Surdos na modalidade de Educação Especial e dentro de escolas comuns, que são escolas inclusivas, e insistem em caracterizar, equivocadamente, Escolas Bilíngues de Surdos como espaços de segregação. Pergunto: Nessa lógica, a Educação Bilíngue Indígena se constituiria em espaços de segregação? Claro que não! Por que dois pesos e duas medidas? (2022, p.106)

Nesta fala, a autora acima questiona o motivo pelo qual a educação de surdos é vista como segregadora se a mesma é equiparada, na lei de educação para povos minorizados que é o caso da população indígena, inclusive com respaldo da ONU. Assim, como ela defende que os surdos sejam protagonistas da própria história, uma vez que, em outro trecho, ainda neste mesmo artigo, Rezende defende:

A Convenção da ONU exige que o Estado Brasileiro ofereça condições para que seja facilitada e formada a Identidade Linguística da Comunidade Surda. Por que a Convenção não destaca a Comunidade Autista, a Comunidade com Síndrome de Down, a Comunidade de Cadeirantes, e nem a Comunidade de Pessoas com Deficiência Visual? Por que a Convenção da ONU enfatizou apenas a Comunidade Surda? O que diferencia os surdos das demais pessoas com deficiência? A questão linguística! A Comunidade Surda tem a língua de sinais! Questão de preservação e riqueza de uma língua! Onde a língua de sinais pode melhor ser desenvolvida e preservada? A Comunidade Surda é, essencialmente, uma Comunidade Linguística. Importante (2022, p. 106)

Ainda autora, mais uma vez, enfatiza que a educação bilíngue precisa ser vista a partir de um viés linguístico e identitário e não enquadrar esses surdos numa perspectiva clínica ou como algo que precisa ser reajustado. É interessante observar que, quando a autora fala nessa questão de inclusivistas que querem determinar como deve ser a educação de surdos, faz-se lembrar do autor Achille Mbembe o qual usa o termo necropolítica (2003) que é quando o Estado determina quem deve morrer e quem deve viver. Neste caso pode-se fazer um paralelo com a comunidade surda que não são protagonistas da sua história, pois, quando buscam por esse protagonismo acabam sendo renegadas pelo Estado ou por pessoas que não entendem determinadas especificidades dessa comunidade surda sinalizante. Isso também está relacionado ao que a ativista surda Rezende (2022) reconhece como Epistemicídio Surdo quando há muitas intervenções e influências, principalmente de ouvintes contrários às escolas bilíngues de surdos, geralmente ouvintes que não são da comunidade surda; em que as produções científicas, vivências, os saberes surdos e as opiniões das pessoas surdas são menosprezadas e, por vezes, descartadas. Isso leva as pessoas surdas a estarem constantemente em estado de alerta, pois a qualquer momento são necessárias mobilizações para manutenção e/ou garantias de direitos. Com isso ela quer dizer que o surdo não é privado de lutar pelos seus

direitos, dentro dele pode surgir um protagonismo para lutar por ele e pela comunidade surda, porque isso faz com que tenham criticidade através do direito linguístico tendo a Libras como primeira língua e consequente de reivindicar ações de acordo com as especificidades e demandas de cada grupo. Essas uniões dos grupos em prol de objetivo comum, culminaram em grandes conquistas para a comunidade surda falante de Libras, como a publicação dos dispositivos jurídicos que oficializam e regulamentam a lei de Libras, os quais apresentaremos de forma breve no item seguinte.

Mas outra questão que se coloca é: essas conquistas atendem a todas as diferenças surdas? Apresentaremos a seguir um breve esboço acerca das diferenças surdas.

1.2 DIFERENÇAS SURDAS

De acordo com os dados do último censo do IBGE, realizado em 2010, no Brasil existem cerca de 10 milhões de pessoas com alguma dificuldade de ouvir, apresentando alguma deficiência auditiva, sendo crianças, jovens, adultos e idosos. Elas são pessoas que têm algum nível de deficiência auditiva que pode variar de leve à profunda (IBGE, 2010). Esse censo está desatualizado e possivelmente existam mais pessoas com perda auditiva no Brasil. No entanto, esses são números expressivos e quando pensamos sobre políticas públicas para surdos se faz necessário refletir sobre quais grupos de surdos iremos falar e sobre quais óticas são lidas, sendo necessário pensar que na atual conjuntura temos grupos de surdos que se denominam como surdos oralizados, surdos implantados, surdos sinalizantes, surdocegos

Considerando o que expressa Soleman e Bousquat, "A população de surdos constitui um grupo heterogêneo e inclui pessoas que têm vários graus de perda auditiva, utilizam diversos meios para se comunicar e pertencem a diferentes culturas." (2021, p. 10). Sabemos que esse grupo de pessoas pode ser muito diverso. No entanto, neste trabalho iremos considerar apenas dois grupos de surdos, surdos sinalizantes e surdos oralizados que, na sequência, vão aparecer nas análises de vídeos.

Surdos sinalizantes são aqueles que optam por experienciar a vida através da visualidade e comunicam por meio da língua de sinais, tem como foco em batalhar por ações que envolva a comunidade surda sinalizante sempre na promoção da língua de sinais, identidade surda e da cultura surda a partir das línguas de sinais. A esse respeito, Quadros e Karnopp (2004, p. 10) defendem que: "a identificação dos surdos situa-se culturalmente dentro das experiências visuais. Entende-se cultura surda como a identidade cultural de um grupo de

surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos” e com isso entendemos que a experiência é totalmente visual, pela visão, e que mostra uma grande característica do povo surdo sinalizante.

Já o surdo oralizado é aquele que faz uso da leitura orofacial, e além disso sua língua de uso é a língua portuguesa, que geralmente passam por terapias fonoaudiológicas e reabilitação clínica, tudo com intuito de ter uma identidade mais próxima do modelo ouvinte. Paula Pfeifer, surda implantada e oralizada, defende o uso de aparelhos auditivos e práticas que beneficiem a oralização:

Os discursos de Pfeifer (2013) reverberam de discussões que há muito ocorrem na sociedade a respeito dos conceitos de ser surdo e/ou deficiente auditivo e da comunicação das pessoas com surdez: ser surdo oralizado e não utilizar a língua de sinais; ser surdo bilíngue, comunicando-se das duas formas; ser surdo sinalizado, comunicando-se através da língua de sinais. A autora se assume surda oralizada e enfatiza a importância, na sua opinião, de “que qualquer surdo só tem a ganhar em oportunidades profissionais, educativas e pessoais caso domine o português [...], pelo menos o português escrito” (Pfeifer, 2013, p. 30-31 apud Costa e Ribeiro, 2018).

Desse modo, enquanto o surdo sinalizante busca pela Libras e reconhece toda a importância para se constituir por meio da Libras, os surdos oralizados buscam respaldo na língua portuguesa sendo assim se aproximando mais das pessoas ouvintes. Essas diferenças surdas, suscitam ações específicas para cada grupo e quando há manifestação de alteração de política pública que atenda a essas pessoas, essas diferenças precisam ser respeitadas.

No estudo de Soleman e Bousquat (2021, p. 9), referente às políticas públicas em saúde para pessoas surdas, as autoras explicam que, nas políticas analisadas, existem “apenas ações focadas na reabilitação do aparelho auditivo, sem fazer qualquer menção aos elementos da cultura surda ou à necessidade de intérprete de Libras durante os atendimentos.” Isso é fruto do desconhecimento das diferentes formas de vidas surdas e do fato de as pessoas considerarem todos os surdos como iguais e/ou participantes do mesmo grupo, com as mesmas necessidades sociais.

Com isso fechamos esse subtópico das diferenças surdas e passamos para o momento de falarmos sobre o reconhecimento da Libras e as conquistas da educação bilíngue.

1.3 RECONHECIMENTO DA LIBRAS E A CONQUISTA DA EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

A partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1998), o Brasil passou a enfrentar suas questões de Direitos Humanos com mais ênfase como podemos ver com as publicações de uma das mais importantes conquistas da comunidade surda que interage pela língua de sinais, levando ao reconhecimento da Libras, a Língua Brasileira de Sinais, por meio da publicação da Lei nº 10.436, de 2002 (Brasil, 2002) e o Decreto nº 5.626, de 2005 (Brasil 2005) que a regulamenta. De acordo com Quadros e Karnopp (2009, p. 30) sobre as línguas de sinais:

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação [...] as línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua dos sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças.

O Decreto nº 5.626/2005 (Brasil, 2005) regulamenta a lei da Libras e estrutura os processos educacionais com foco na formação das pessoas surdas, enfatizando a necessidade de se implantar uma Educação Bilíngue de Surdos sendo a Libras como L1 e o português como L2 expressa, ainda como deve ser a formação dos profissionais para atuarem em escolas bilíngues, polos ou classes bilíngues. Essas foram grandes conquistas da comunidade surda brasileira, no entanto, durante a pandemia da covid¹ começa uma movimentação grande para inclusão da Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino regular na LDB a fim de juntar com outras modalidades de ensino, a ideia era desvincular a Educação Bilíngue de surdos da Educação Especial, assim buscando por um reconhecimento linguístico e identitário deixando assim de associar a deficiência aos alunos surdos, essa mudança alavancaria a comunidade surda, a Libras e cultura surda, pois colocaria os surdos sinalizantes no centro do debate e em equidade com as demais modalidades.

Mesmo com pessoas em sua maioria fora do campo acadêmico dizendo que isso promoveria segregação é de conhecimento para os estudiosos da área da educação de surdos como por exemplo Rezende (2022), Martins (2020) em que a comunidade é vista com uma

¹ Para mais informações sobre a COVID-19 acesse o site do InformaSUS <https://www.informasus.ufscar.br/> acessado em: 06/03/2023

própria cultura, língua e identidade, que são reconhecidas pela ONU e UNESCO com quem o Brasil assina estes tratados, então deixar ainda a educação de surdos nesta pasta da educação especial seria um retrocesso, visto que é uma questão linguística assim como Quilombolas e Indígenas que tendem a ter suas reivindicações linguísticas atendidas e seus idiomas respeitados. E não são taxados como segregadores, e sim como pessoas que valorizam suas identidades, culturas e sua língua, o que a comunidade surda deseja é este lugar, é o protagonismo surdo, é pensar numa educação emancipatória, sobretudo a questão linguística, língua é poder e muitos surdos estão cansados de ter que falar a língua do colonizador, da sociedade majoritariamente de ouvintes.

Então essa mudança da LDB incluindo a Educação Bilíngue como modalidade de ensino vem para nos emancipar e para aqueles que estão por fora da realidade dos surdos, principalmente no que tange à criação de políticas públicas voltadas para surdos, isso pode soar agressivo, segregatório, porém essa conquista nada mais é para mostrar que surdos querem coexistir com os demais modos educacionais. E, a partir disso, fomentar os debates de inserção da cultura surda nas políticas públicas como diz Soleman e Bousquat:

Considerando-se apenas o que está pautado nas políticas públicas de saúde analisadas, é evidente o predomínio da concepção orgânico-biológica da surdez, como se o único caminho possível para essas pessoas fosse o desenvolvimento de habilidades auditivas e a oralização. A Libras, língua que legitima o surdo como sujeito de linguagem, é ignorada nessas políticas de saúde e, portanto, concluímos que há um grave problema no acesso das pessoas surdas sinalizantes não só à RCPD, mas a todo e qualquer serviço de saúde. É um monólogo, uma fala predominante que não incorpora a cultura surda (2021, p. 10).

Isso significa que por falta da valorização da comunidade surda sinalizante, esta deixa de ter acesso ao direito de ir ao médico ou qualquer demanda relacionada ao Sistema Único de Saúde - SUS, visto que tem uma política pública que privilegia apenas a reabilitação deixando a questão socioantropológica de lado. Desse modo, os direitos linguísticos na esfera da saúde não são atendidos.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E CONTEXTO DA PESQUISA

Para a realização desta pesquisa adotamos a perspectiva qualitativa descritiva, pois buscamos fazer uma explanação detalhada de dois vídeos de audiência pública acerca da aprovação da alteração da LDB e inclusão da Educação Bilíngue de Surdos como modalidade de ensino realizamos uma reflexão sobre as discussões e demandas de dois grupos de surdos (sinalizantes e oralizados). Esse estudo se caracteriza como uma pesquisa documental, uma vez que, de acordo com Gil, esse tipo de pesquisa é muito parecida com a pesquisa bibliográfica, sendo que a diferença está no tipo de fontes, já que esta utiliza materiais que ainda não passaram por análises (GIL, 2008). Com isso, escolhemos dois vídeos de audiência pública para debates sobre a alteração na referida lei. Esses eventos aconteceram de forma online e remota, foram publicados pelo canal da TV Senado no YouTube, disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=pkAFKbHJZ1o> e <https://www.youtube.com/watch?v=IpJuxPb2TKI>. Apresentaremos trechos de falas dos participantes e relacionarmos com a perspectiva de surdez (sinalizantes e oralizados), fazendo uma relação com suas condições e suas demandas.

Segundo Agência Senado (2021), foi realizada no dia 21 de maio de 2021 uma sessão de debate virtual com participação de membros da comunidade surda, educadores e autoridades públicas com o objetivo de discutir sobre a educação bilíngue de surdos (BRASIL, 2021). Essa sessão teve o seguinte tema: “Educação bilíngue de surdos”. No entanto, a pedido da Dra. Soraya Manato (PSL-ES) foi necessário realizar um outro debate para ouvir as demandas das pessoas com deficiência auditiva que são oralizadas e que se comunicam em Português e não em Libras, uma vez que esse grupo também enfrenta dificuldades em diversas questões sociais. Assim, a Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados promoveu outra audiência pública denominada de "Nem todo surdo precisa de Libras", realizada no dia 21/06/2021 (BRASIL, 2021).

Além dessas duas sessões, antes da aprovação da alteração da LDB, ocorreram outras manifestações, como por exemplo o Seminário sobre Educação Bilíngue de surdos, promovido pela Câmara dos Deputados, no dia 28/06/2021, bem como notas de apoio e de repúdio acerca da inclusão da modalidade independente de educação de surdos. No entanto, escolheu-se analisar apenas trechos dos dois vídeos, uma vez que o Trabalho de Conclusão de Curso é realizado em um curto espaço de tempo, e com isso não teríamos tempo hábil para um estudo

mais aprofundado. Assim, analisaremos trechos desses dois vídeos, os quais apresentam as opiniões desses dois grupos acerca do tema educação de surdos. Trechos desses vídeos serão analisados à frente.

2.1 DEBATES REFERENTES À EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS

Desde a promulgação da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiência (BRASIL, 2009) está previsto que as pessoas com deficiência têm direito, com igualdade de oportunidades e condições dadas aos demais, de serem respeitadas dignamente. No caso das pessoas surdas devem ser considerados sua identidade cultural e linguística, inclusive, no art.30, § 4, explicita-se que devem ser respeitadas as línguas de sinais e a cultura surda. No entanto, aparentemente nada é conquistado sem lutas, pois, no artigo *em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro*, as autoras e ativistas surdas (CAMPELLO; REZENDE, 2014, p. 72) retratam todo esforço e empenho da comunidade surda falante de Libras acerca de manutenção de direitos conquistado com muita luta

Esta é a história das lutas em defesa da Escola Bilíngue de Surdos nestes últimos anos, uma história que foi e ainda é uma explosão de mobilizações sem precedentes, em que surdos de praticamente todas as regiões do país foram mobilizados e mobilizadores para defender a qualidade da educação para nossas crianças surdas.

Esse é apenas um entre tantos exemplos de ativismos das pessoas com deficiência em prol de conquistas ou garantias de manutenção de direitos. E, ainda de acordo com essas autoras: “A política é feita de negociações intensas devido ao forte *lobby* dos lados opostos. O MEC não respeitou a construção parlamentar da comunidade surda, tentou a todo custo retirar palavras mudando o sentido do nosso texto, o qual foi fruto de intensas lutas e batalhas (CAMPELLO; REZENDE, 2014, p. 88). Isso ressalta a importância da proposição, formulação e participação popular nos debates sobre as demandas de cada grupo para que sejam pensadas formas de buscar qualidade de vida por meio de políticas públicas. Inclusive, essa participação popular culminou na conquista do ensino bilíngue para surdos que falam em Libras.

Em 13/10/2020, o Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR) apresentou o Projeto de Lei (PL) nº 4909/2020 para alterar a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e incluir a modalidade de educação bilíngue de surdos nesta lei (BRASIL, 2020). Esse projeto suscitou muitas

discussões, inclusive em audiências públicas com debates acirrados em que os grupos de surdos oralizados e falantes de Libras defenderam ações diferentes.

No campo da representatividade ainda paira os discursos de poderes dos grupos surdos (oralizados e sinalizantes), cada um defendendo ações que atendam às suas demandas. Embora a surdez seja um traço em comum, os empoderamentos desses grupos se dão de maneiras diferentes e isso acaba causando embates. A esse respeito, Teixeira (2019) retoma esse conceito de empoderamento falando que

Há muito tempo percebemos a importância de lutar contra os efeitos de silenciamento. Esse fenômeno é lido e interpretado como empoderamento. Nesse sentido, o empoderamento atende à perspectiva de uma ética inflexiva, pois ele fomenta um processo que quebra os poderes centralizados e alinhados às noções unilaterais e universais de existir, enquanto ser humano (2019, p.19).

Com isso fica clara a dificuldade de se pensar em políticas públicas que caibam em diferentes empoderamentos e discursividades sem considerar as especificidades das pessoas surdas. É importante ressaltar que os direitos conquistados pela comunidade surda falante de Libras são recentes, como por exemplo: a lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) e ao decreto nº 5.626 de 22 de setembro de 2005 (BRASIL, 2005). Com essas publicações, a Libras passa a ser reconhecida como meio legal de comunicação dos povos surdos sinalizantes, esse reconhecimento foi de suma importância, pois marca na história a Libras como língua dos surdos sinalizantes como produção de discursividade pela e na Libras. Isso demarca sua importância, pois é com ela que os sinalizantes conseguem enunciar seus lugares de fala/discursivos.

Na sequência, apontaremos algumas falas dos dois grupos, sinalizantes e oralizados.

Os vídeos podem ser encontrados dentro do canal do Senado, quanto dos deputados no *YouTube*, o primeiro tem aproximadamente 03:35:59 e o segundo 02:29:54, segundo a caixa de informações dos vídeos o primeiro é composto pelos seguintes convidados expositores: Eduardo Moreira de Souza, vice-presidente da Anaso - Associação nacional dos surdos oralizados, Cristiane Nunes Bez Batti - Ministério da Educação, Regina Maria de Souza - professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Rosângela Machado - professora da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Marisa Dias Lima professora da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, E Flaviane Reis Professora de Libras/ UFU Doutora em Educação Diretora da política educacional e linguística da FENEIS.

No segundo vídeo conta com os seguintes expositores convidados: Fayeze Bahmad Júnior, Professor e Orientador do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB - Universidade de Brasília. Representando a Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF), a Deputada Dra. Soraya Santos (PL-RJ), Keilah Ayres, Presidente da Anaso - Associação Nacional dos Surdos Oralizados, Geraldine Breandebursk de Oliveira, Vice-Diretora Jurídica da Anaso - Associação Nacional dos Surdos Oralizados.

3. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresentamos as análises feitas a partir das falas dos participantes das duas audiências mencionadas, relacionando-as com as perspectivas anunciadas anteriormente. Começaremos as análises pelo vídeo publicado pela TV Senado e na sequência,

Trecho 1 - Eduardo Moreira de Souza (surdo oralizado), vice-presidente da Anaso - Associação nacional dos surdos oralizados. Representante dos surdos oralizados do país.

Existem muitos equívocos na sociedade e pelo próprio poder público sobre quem são os surdos, devido à completa falta de informação com quem tem o dever de criar leis que visem incluir e disponibilizar acessibilidade para todos. Nada melhor que seja aqui então usado o lema: “Nada sobre nós sem nós”. Em especial surdo oralizado pela primeira vez que foram convidados a participar de um debate onde se discutirá sobre a educação de surdos passando assim a informar que nem todo surdo usa Libras. Surdo oralizado não é somente aquele que usa implante coclear. A diversidade da surdez é imensa [...]

O IBGE não especifica quantas pessoas são surdas oralizadas, quantas são surdas sinalizadas e surdas bimodais, nem tão pouco o Ministério da Educação informa esses dados, o que deveria ter sido feito antes mesmo da feitura de projeto de leis como esse. [...]

[...] As tecnologias auditivas disponíveis são os aparelhos auditivos, implantes cocleares, implante de condução óssea que não só se aperfeiçoaram como passaram a fazer parte de programa de prevenção e combate à surdez a partir de recomendações da Organização Mundial da Saúde. [...]

[...] Gostaríamos então que tal projeto de lei, por acreditar que também é um direito nosso, constasse o termo “surdo sinalizante”, pois como a nossa língua materna não é a Libras, mas sim o português, queremos que fique bem especificado que a educação bilíngue é voltada para o surdo sinalizante porque a lei é voltada para a sociedade.

Fonte: TV Senado. Educação bilíngue de surdos é tema de sessão no Senado - 21/5/2021

É interessante notar que o vice-presidente da Anaso coloca suas demandas como surdo oralizado e mostra que são demandas diferentes dos surdos sinalizantes e quão importante é prestar atenção nessas demandas, pois isso contribui para o desenvolvimento deste grupo. Por mais que se coloca contra o fato de a Libras ser indicada para todos os surdos, eles pedem que olhem para o grupo deles e para as suas especificidades. Nesta fala ele diz que não é contra os surdos sinalizantes terem a sua educação bilíngue, mas que o grupo deles optam pela língua portuguesa. Explica ainda que, antes da proposição de política como essa, deveria ser feito um levantamento dos tipos de surdez existentes no Brasil e isso não é feito nem pelo IBGE e nem pelo Ministério da Educação. Reforça também que existem diversas tecnologias para atender às pessoas surdas.

Por fim, o vice-presidente da Anaso pede que seja incluído o termo *surdo sinalizante* na lei, uma vez que a proposta atende a esse grupo de surdos e não aos surdos oralizados. Com isso, fica mais evidente, como expressa Soleman e Bousquat (2021) o quão é importante conhecer as vidas surdas para que as ações sejam focadas nas suas especificidades.

Reconhece-se a visibilidade que a comunidade surda sinalizante tem um certo engajamento quando falamos em criação de políticas públicas e em mostrar que a Libras é a melhor opção para eles em questão de desenvolvimento linguístico e cultural. Isso é interessante, inclusive, porque até na fala do vice-presidente ele pontua que é importante não esquecer do lema das pessoas com deficiência e isso implica em ouvi-las para que as políticas públicas de fato atendam às suas necessidades específicas.

Trecho 2 - Cristiane Nunes Bez Batti - Ministério da Educação

Sou mulher, mãe, surda e também sou oralizada, sou implantada e sinalizante em Libras. Nós surdos somos multifacetados, com trajetórias distintas e identidades diferenciadas. E pelo que estamos lutando? Pelo direito básico: direito de adquirir, utilizar e de receber educação na língua que nos é cara, que nos é confortável. Uma língua que nos dá conforto cognitivo, intelectual e que é o espelho da nossa cultura: a língua de sinais. [...]

Os meus sentimentos? Então eu cresci sozinha. Eu sofri bullying na escola quando eu cursei o primeiro ano do fundamental, eu repeti várias vezes. Por quê? Porque nesse ambiente escolar eu sempre estava a par de tudo, atrás de tudo. O professor, ele tentava, os meus professores, eles tentavam me ensinar, mas tudo era em vão. O meu caminho, a minha história foi estudo que me levou a ser oralizada, implantada, porque as pessoas querem normalizar, normatizar, fazer com que eu ouvisse, consertar a minha audição.

Isso trouxe transtornos para mim. A minha história ficou lá no passado? não. Até hoje nós vemos essa história se repetindo na sociedade, com crianças surdas que passam por situações semelhantes às quais eu passei. É o que chamamos de audismo. O que é o audismo? Existe um senso comum de que nós, surdos, teremos uma vida normal, se nós ouvirmos. Esse pensamento, significa que o surdo só vai ter uma vida normal, lograr êxito se ele ouvir, como significa o ouvinte.

Sim, por se colocar em meio às nossas lutas. E isso acontece há anos. O meu primeiro contato com a Libras se deu na fase adulta. Eu jamais conseguirei descrever para vocês o meu sentimento, o meu sentimento de empoderamento, de poder entender o mundo, as histórias que eu vivi na minha infância, que eu somente copiava e eu não entendia [...]

Fonte: TV Senado. Educação bilíngue de surdos é tema de sessão no Senado - 21/5/2021

Nessa fala: “Sou mulher, mãe, surda e também sou oralizada, sou implantada e sinalizante em Libras” fica expresso a quão diversa pode ser a diferença surda, como apresentamos no capítulo Diferenças Surdas.

Neste segundo trecho fica muito evidente que a importância de olharmos para essas especificidades de cada grupo de surdos, e que surdez é vasta e tem diferentes perfis. Enquanto no primeiro trecho é reforçada a importância de pensar no grupo de oralizados, aqui temos um relato do quanto a Libras foi de grande importância para essa surda e como ela mesma diz, que traumas poderiam ter sido evitados e, com isso, ter uma compreensão de um mundo melhor. Contudo neste mesmo trecho, fica visível o quanto foi importante a língua de sinais para ela, porque foi através dela que teve acesso ao conhecimento e possibilidades de desenvolvimento.

Importante olharmos essas especificidades e relatos de quem vive realmente nesses grupos, pois ajuda a evitar achismos e mostra realmente de maneira mais concreta o que é preciso pensar para promover políticas públicas que de fato atendam adequadamente às demandas das pessoas surdas de modo geral.

Trecho 3 - Regina Maria de Souza - professora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

É uma novidade incrível podermos estar aqui conversando, encontrando uma forma não de oposição: *olhe para mim, não olhe para eles ou precisamos lutar e eles não*. Estamos aqui procurando fraternidade, procurando união e procurando formas de tornar possível uma educação que não fira, que não agrida, que não seja prisioneira; mas educativa, laica e gratuita. Não vejo oposição entre grupos ou alimento do ódio, da raiva e oposições como uma melhor forma de sermos humanos. [...]

A vida surda importa. Se considerarmos a população de 5.000.700 milhões de habitantes, nós estamos falando quase com o dobro da população do Uruguai e 1.000.001 1,1 milhão

de surdos. Ele é a população de vários pequenos países europeus. Aonde eu quero chegar? Que vidas surdas importam? Sim, todas elas com todas as suas singularidades. [...]

Então, veja só, nós temos. Vamos supor que a gente, no mínimo, não vamos falar dos 10 milhões. Vamos falar dos 3.074.547 matriculados. Nota-se, pois, uma evasão de 11,36% em relação aos dados anteriores. [...]

Em 2012, os dados já expunham a fragilidade da oferta e, consequentemente, da matrícula na Educação Infantil 4485. Na Educação Infantil, a dificuldade de acesso à Educação profissional 300 denominam-se de matrículas no ensino fundamental. É a partir disso que se usa os argumentos. Aqueles que defendem a inclusão, porque eles olham o ensino fundamental. Mas daí o que não se olha é o ensino médio, que também é ensino obrigatório, há uma evasão de 80% já registrado em estatísticas anteriores.

Fonte: TV Senado. Educação bilíngue de surdos é tema de sessão no Senado - 21/5/2021

Essa convidada enfatiza a necessidade de considerar todas as demandas e de não vê-las como oposição. Ela argumenta também sobre dados da educação de surdos e diz da importância de repensar sobre essas educações para surdos, e que todos os grupos de surdos são importantes. Os dados levantados por ela mostram que surdos estão sendo prejudicados há décadas, independentemente de serem surdos oralizados ou não e que a quantidade da evasão escolar é bem alta e vem crescendo ao longo dos anos.

A função da proposta de alteração da LDB não é tirar direito e sim acrescentar, e que, neste caso, fica clara a importância da aprovação e de toda essa articulação política

Em sua pesquisa sobre Epistemicídio Surdo, Rezende (2022) reforça que essa evasão acontece em todos os níveis de escolarização até o Ensino Superior e que ter o Ensino Bilíngue é garantir a permanência e aprendizagem destes surdos sinalizantes dentro destes espaços de saberes.

Trecho 4 - Rosângela Machado - professora da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

Os surdos, como foi dito aqui, não vivem a sua surdez da mesma forma. Por isso, valorizamos os surdos oralizados e os surdos sinalizados sem que haja uma imposição de um sobre o outro. [...]

Queremos compartilhar experiências linguísticas. O bilinguismo faz isso e só existe bilinguismo quando há experiências linguísticas. Como promover experiências linguísticas em escolas só para surdos? Como promover experiências linguísticas em escolas comuns sem a presença de estudantes surdos? Precisamos reconhecer a experiência que surdos e

ouvintes estão tendo nas escolas comuns, sem ficarmos presos a um passado de exclusão? [...]

Estamos em outros patamares e precisamos avançar mais ainda, não para espaços segregados como as escolas e classes para surdos. O encontro entre estudantes surdos e ouvintes vai além da experiência linguística. Revela um novo tempo, uma preocupação com o outro, onde caminhamos juntos, submetendo-nos à construção desse caminho.

Fonte: TV Senado. Educação bilíngue de surdos é tema de sessão no Senado - 21/5/2021

Podemos ver que essa professora tem conhecimento da diversidade de vidas surdas. Mas apresenta uma fala bem inclusivista que bate de frente com o que a comunidade surda sinalizante acredita, pois tira todas as especificidades linguísticas e culturais dos surdos sinalizantes. Por mais que o discurso seja de inclusão, acaba por excluir o sujeito surdo sinalizante no ambiente escolar, como falado no trecho 3 acaba acontecendo uma evasão enorme dos alunos surdos independente de ser sinalizante ou oralizado estudando nessas escolas comuns. Isso ocorre porque a pessoa surda sinalizante, geralmente, não dispõe do canal auditivo para receber a língua portuguesa e os/as estudantes ouvintes não sabem Libras. Desse modo, há a presença da/o estudante surdos sinalizantes no espaço escolar, mas não há interação linguística/comunicacional e isso ocasiona a exclusão. Já com os surdos oralizados, não existe uma política efetiva das escolas em relação a estes alunos oralizados, mas para frente iremos ver a argumentação da senhora Geraldine em relação a esse assunto..

Segundo Patrícia Rezende (2021) para quem interessa dizer que espaços como as escolas bilíngues são espaços segregatórios? Sobre qual perspectiva vem essa fala de segregação, feita por pessoas que por mais que conheçam a diversidade surda, não conhecem o dia-dia desses estudantes. É de suma importância pensarmos em uma educação que abrange as especificidades destes grupos seja aqueles que desejam mais foco em tecnologias assistivas ou aqueles que desejam por uma educação bilíngue tendo a Libras como primeira língua e a língua portuguesa como segunda língua.

Trecho 5 Marisa Dias Lima professora da Universidade Federal de Uberlândia - UFU

E as pessoas com deficiência já estão garantidas lá. Mas a questão linguística do estudo não está garantida dentro da LDB e precisa incluí-la. Por isso nós estamos nessa militância, nessa luta, pedindo esse momento. Por isso a LDB. Ela precisa ser reformulada, atualizada para estar compatível com a LBI. [...]

Não, a LDB não está garantindo esses espaços com materiais específicos que garantam a cultura e educação linguística dos surdos profissionais formados especificamente para entender e conhecer a Libras. [...]

Nós precisamos reformar essa legislação para que seja garantido esse espaço. Todos já sabem disso, a LDB. A gente respeita o Brasil e fala da educação. É que nós precisamos garantir a educação do campo. Tem educação quilombola, tem educação indígena e porque não tem educação para surdos? Precisa Antes eu mostrei a importância de a LDB estar criando esse momento da acessibilidade dentro da Lei PL 4.909/2020 Inclusão escolar.

A inclusão escolar é extremamente importante. Ela não é contrária. Hoje ela é falha. Nós precisamos esclarecer que a inclusão significa o quê? Assegurar, principalmente, o ensino com qualidade e a educação onde está acontecendo uma concepção linguística dentro da escola. É preciso assegurar que o conteúdo, o currículo seja próprio e envolva a cultura da identidade do surdo. [...]

Onde é que tem essa forma, esse profissional formado que vai diretamente oferecer um ensino em língua de sinais, onde é que tem? Tenho pra mim. Por isso a LDB precisa ser reformulada. E vocês falam, por exemplo, que já tem lá, não precisa mais nada. A inclusão de direitos da criança surda. Então é preciso alinhar esse conceito dentro da LDB para que a criança surda tenha realmente valorizado esse momento[...]

É uma política linguística o primeiro documento, então, agora, daqui para frente, que já tem outras leis, nós precisamos voltar e começar a atualizar para que as políticas públicas garantam concomitantemente essa educação. Então se fala educação bilíngue de surdos. Ela é sim uma educação regular, porque dentro da escola da educação regular é uma base de oferta de um ensino que vai desenvolver esse estudante. [...]

Ela é dentro do ensino regular, mas que tem especificidades. Ela possibilita um ensino inclusivo sim, dentro do ensino regular, então não é incompatível. O Conselho Nacional de Educação já falou sobre isso. Então, esse projeto de lei já destaca uma série de pontos que asseguram a qualidade do ensino.

Fonte: TV Senado. Educação bilíngue de surdos é tema de sessão no Senado - 21/5/2021

Essa professora surda fala que a LDB precisa ser atualizada, respeitando e incentivando a língua de sinais e a cultura surda, sobretudo que tenha profissionais habilitados para oferecer educação de qualidade. Quando ela fala isso, mostra a importância e a urgência de haver documentos norteadores sobre essa educação de surdos sinalizados: como ela deve ser feita, não só no sentido de conteúdo, como também de execução.

Patricia Rezende (2021) aborda essa questão que a LDB já prevê outros modos de educação, sobretudo no que diz respeito à preservação cultural e linguística das comunidades

Indígenas e Quilombolas. O que Marisa expressa do trecho acima é justamente as falhas inerentes nesse modelo de inclusão.

Com essa nova atualização coloca-se em foco este grupo de surdos e possibilitará um maior desenvolvimento na linguagem e aquisição adequada da língua de sinais e da cultura surda dentro da idade certa, e melhoraria a educação destas crianças. É dever do Estado assegurar o desenvolvimento pleno, a preservação cultural e linguística dessa comunidade linguística conforme Convenção Internacional da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência. E com isso fechamos a primeira parte dessa análise.

Na sequência, continuaremos as análises, mas considerando o vídeo 2, de 21 de junho de 2021 com o título “Direitos das Pessoas com Deficiência - Nem todo surdo precisa de Libras”, publicado no canal do *youtube*, da Câmara dos Deputados.

Trecho 6 - Fayez Bahmad Júnior, Professor e Orientador do Programa de Pós-graduação da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB - Universidade de Brasília. Representando a Associação Brasileira de Otorrinolaringologia e Cirurgia Cérvico-Facial (ABORL-CCF)

Para os bebês que nasceram surdos. Para vocês que são nossos gestores, nossos representantes. Para que vocês que ainda não sabem, o bebê que nasce surdo, ele tem a opção de falar a língua portuguesa e ter a oportunidade de se comunicar e desenvolver a linguagem, a mesma língua que os pais falam. Para que vocês entendam 90, 95% dos bebês de pacientes surdos usualmente eles têm audição. [...]

Essa é uma senhora falante de português e que não poderia, não poderia ter o direito, seria tolhido e seria obrigada a ver o seu filho se tornar falante de uma língua que ela não fala. [...]

Não existe embasamento científico para isso. É só passar para vocês que vários estudos mostram que a grande diversidade de pessoas com deficiência auditiva. A grande maioria são pessoas com deficiência auditiva. Uma perda auditiva leve, uma perda auditiva moderada, uma perda auditiva severa e caso seja profunda bilateral, existe um implante coclear para reabilitar a audição deles. Então, todos esses primeiros casos dos nossos pacientes, eles têm a oportunidade de desenvolver a linguagem através de um uso simples de um aparelho auditivo. [...]

[...] Oferece a introdução da língua de sinais para os cidadãos brasileiros a partir do zero ano. Isso é retroceder séculos e isso é um total desconhecimento da ciência.

Vocês não podem oferecer a língua de sinais, já que esse é um bebê que ele teria oportunidade de ser falante de língua portuguesa como qualquer outra pessoa. Vocês não podem oferecer um projeto de lei em que o resultado prático disso vai atingir. Entendam vocês e seus familiares, no futuro a gente luta. A Associação Brasileira de Otorrinolaringologia luta pela oportunidade de reabilitação precoce pelo teste da orelhinha.

Fonte: Câmara dos Deputados. Audiência Pública: Direitos das Pessoas com Deficiência - Nem todo surdo precisa de Libras. - 21/6/2021

Podemos ver neste trecho que esse médico tenta a todo custo a ideia de que os surdos devem usar implante coclear. É possível ver que esses dados dele não bate com os dados científicos de pesquisas na área de Estudos Surdos que mostram a evolução dos surdos sinalizantes em espaços que já conseguiram por serem falantes de Libras, assim como apresentado por Rezende-Curione (2022, p. 110), ao destacar as conquistas dos estudantes surdos: “Fomos tão longe que hoje somos mais de 70 doutores surdos [...] chegamos até aqui graças às Políticas Públicas que nos foram garantidas com a nossa luta, mesmo diante de tentativas de imposição de impedimentos.” Inclusive, podemos observar nesses vídeos o ativismo das doutoras surdas sinalizantes. Essa visão que ele apresenta é bem oralista, numa perspectiva clínica e de reabilitação como única solução/opção. É válido observar como ele, enquanto médico, numa posição de prestígio, tenta convencer que a melhor opção é a reabilitação e destaca que é necessário o uso destes aparelhos. Isto é opressão linguística e cultural!

A perspectiva desse médico é apenas clínica e isso ocorre, pois, esses corpos são vistos como deficientes ou anormais, assim como expressa Rezende (2010, p. 87) acerca concepção de anormalidade surda como uma “o surdo como um doente que necessita de implante coclear, isto é, a compreensão da surdez como uma anomalia que precisa ser corrigida e normalizada.”

Quando Soleman e Bousquat (2021) escrevem que, infelizmente, nosso sistema de saúde só tem esse olhar reparador, no sentido de ter algo para reabilitar é triste porque desconsideram outros perfis e possibilidades de desenvolvimento e qualidade de vida para os surdos falantes de Libras.

Esse médico desconhece a realidade dos surdos. Como apresentado, já temos doutores e mestres surdos falantes de Libras, no vídeo 1, analisado anteriormente, mostra que temos doutores em cargos de gestão, e não tiveram nenhuma perda cognitiva ou algo assim.

Trecho 7 - Deputada Dra. Soraya Santos (PL-RJ)

O debate está colocado e compete a nós, parlamentares, ouvirmos os lados para que uma iniciativa não seja morta, mas também não seja excludente. Eu quero dizer que eu concordo plenamente quando se diz que o poder público não pode tutelar e não deve tutelar a escolha dos pais. Ele tem que promover legislações abrangentes. Então, o que a gente precisa fazer é adequar. Se a gente vai colocar surdos sinalizados ou oralizados num texto, com suas especificidades, é fazer ampliar aquilo que se tem como limitador. [...]

Então, se a gente vai ter, como propôs o médico, vai que a gente tenha obrigatoriamente, por exemplo, um diagnóstico precoce ou que a escola possa oferecer por um, por uma equipe multidisciplinar, como sugeriu Ana Cláudia, para que essa equipe possa melhor esclarecer aos pais que eles têm

caminhos. Isso também não quer dizer que a gente não tenha a oportunidade de fomentar escolhas que nesse momento ainda são necessárias, de escolas bilíngues de libras, sem achar que... E aí eu vou usar uma palavra muito pesada, que eu acho que a gente nunca pode usar. A ideia de segregação. Essa ideia tem que sair. Por quê? Porque o cadeirante, por exemplo, eu sou do estado do Rio de Janeiro. O cadeirante do Leblon não é igual ao cadeirante, por exemplo, de uma pessoa que mora na Rocinha, que tem um acesso muito mais difícil, que tem condições habitacionais mais difíceis. Assim é a surdez. Nós temos que conhecer todo esse leque que envolve a surdez. [...]

Oferecer uma lei que possa garantir essa múltipla faceta, não tratar o surdo apenas como uma única deficiência. Então, esta audiência e aí vai a proposta escrita em cima dos dois projetos que eu não sei se nesse momento são possíveis de estar reunindo uma proposta concreta que não possa excluir nem um lado nem outro, porque tem alguns lugares que ainda é a única fonte. [...]

E aí a gente tem escolas públicas, obviamente que são inclusivas de todas as modalidades e assim tem que ser. Mas você também tem a possibilidade de ter escolas cuja língua principal seja bilíngue para os pais que querem, livre língua de Libras. Porque não se pode confundir o direito. Se eu, como mãe, posso matricular meu filho numa escola bilíngue americana, alemã, a bilíngue de Libras é uma oferta e não por conta da segregação eu vou tirar essa escolha porque em alguns lugares a comunicação é apenas essa.

Fonte: Audiência Pública: Direitos das Pessoas com Deficiência - Nem todo surdo precisa de Libras. - 21/6/2021

Neste trecho a deputada faz comentários bem interessantes, pois como falado anteriormente, pensar em políticas públicas que abrange ambos os grupos surdos é essencial para atender adequadamente às especificidades. Nesse sentido, estão respeitando os perfis dessas diferenças surdas, pois é preciso levantar dados que mostre quais necessidades são precisas para que de fato se possa fazer com que esses surdos exerçam sua cidadania. Ser contra a essas políticas públicas, exigidas por cada grupo, pode ser segregatório e ferir alguns tratados que o Brasil segue e causaria revoltas entre os próprios grupos de surdos, por alguns conseguirem manutenção das suas políticas públicas e outros não. Para aqueles que não convivem com surdos ou com a militância, acaba por parecer que um grupo quer impor coisas do outro. É de extrema importância esses grupos coexistirem juntos nas suas diferenças e especificidades.

Stuart Hall (2003) fala da importância de nos reafirmar enquanto grupos, pois, sem essa reafirmação deixamos de existir socialmente, e inclusive em políticas públicas causando assim um epistemicídio como Rezende (2022) explana em sua pesquisa.

Trecho 8 - Keilah Ayres, Presidente da Anaso - Associação Nacional dos Surdos Oralizados

[...]Escolas elas não sabem, na verdade, não têm nenhuma orientação de como receber os surdos oralizados. O que vai fazer para esses surdos oralizados. Então, por isso que a gente tem aqui, a gente leva a importância da comunicação entre a área da saúde, com o otorrino, com a equipe de implante coclear e mais os terapeutas. [...]

[...], mas a escola precisa de um acompanhamento com o psicopedagogo, como por exemplo, para fazer um plano individual educacional que ali ele possa atender as especificidades dessa criança. Ela está em processo de oralização, ela já é oralizada. Vamos entrar com, por exemplo, um oralista e o intérprete de Libras, inclusive pode funcionar como intérprete oralista. Meu filho, ele é hoje, ele tem 18 anos. [...]

Bem colocou essa criança, ela vai ser ela vai desenvolver a comunicação, aquela que mais ela foi estimulada, não é?

Fonte: Audiência Pública: Direitos das Pessoas com Deficiência - Nem todo surdo precisa de Libras. - 21/6/2021

A presidente da Anaso reforça a importância de levar as políticas públicas para comunidade surda oralizada e sobre as especificidades deste grupo, do poder público dialogar com ONGs e organizações deste grupo. Ela traz uma demanda bem interessante que é sobre ter intérpretes oralistas, que tem a função de ouvir o que está sendo dito e repetir de modo mais articulado fazendo assim com que este surdo que faz uso da leitura orofacial consiga entendê-lo, o que é algo bem escasso, pois enquanto surdo, em toda minha vivência, vi poucas vezes falarem sobre esse profissional e sua atuação, e é importante considerá-lo para aqueles que optam por ter esse tipo de profissional em aula.

Trecho 9 - Geraldine Breandebursk de Oliveira, Vice-Diretora Jurídico da Anaso - Associação Nacional dos Surdos Oralizados

[...]As escolas públicas e particulares não têm acesso à informação e capacitação dos professores. Quando chega uma criança que está em reabilitação auditiva, o que é surda oralizada, né?

E aí nos surge um problema quando surge também essa esses projetos de lei [...]porque o termo surdo é usado de forma genérica, acaba indo para vala genérica. Todos os surdos, né? E é por isso que nós optamos, sempre tentamos, através das audiências públicas, buscar esse entendimento de que não pode ser colocado de maneira genérica. [...]

Tem que ter um termo especificando que é para surdos sinalizados aqueles a quem esse poder se destina a opção da Libras ou da educação bilíngue. Bom, no caso para escola, nós temos material pedagógico adequado para irmos a Brasília, que eu como hoje..., como é que eu vou dizer? É um método de ensino apropriado para os surdos oralizados, muitas crianças do país inteiro, né? [...]

Inclusive os nossos associados, né? Foi passando de mãe para mãe, de pais para pais. No Brasil inteiro estão fazendo como? em horário invertido, porque a escola lá não tem nada para os surdos oralizados. A única coisa, como a Keyla já disse ao nosso presidente, ela tem apenas a questão da Libras, né? E muitas vezes contratam profissionais.

Fonte: Audiência Pública: Direitos das Pessoas com Deficiência - Nem todo surdo precisa de Libras. - 21/6/2021

Em sua fala, a vice-diretora mostra que a realidade dos surdos oralizados, no meio escolar, é bastante preocupante porque mostra que esse grupo é desprovido de políticas públicas. É perceptível que ela cita itens da carta dos surdos oralizados do Brasil, da qual pedem mais tecnologias, e também formação para comunidade escolar de como tratar esse surdo oralizado, porque fica visível que esses surdos acabam ficando soltos por não terem políticas para eles.

Talvez isso se dê a partir das faltas de pesquisas, e eventos relacionados a comunidade surda oralizada, pois, enquanto há uma articulação nacional dos surdos sinalizantes, este grupo de oralizados parecem ainda não deixar claro como os métodos para eles são efetivos e sendo assim acabam por ser ignorados em suas reivindicações ao poder público.

Trecho 10 - Arlindo Nobre, Diretor Jurídico da Anaso - Associação Nacional dos Surdos Oralizados

É nesse ponto que está o senador que basta defender quais movimentos, que os frutos que vieram esse movimento, porque o som da oralidade não está inserido nesse movimento. É um movimento único e singular do surdo sinalizantes. Então, com todo o respeito, a Anaso nunca foi procurada para dar o seu parecer a respeito, para dar um palpite, para se manifestar a respeito disso. E aqui quem fala é uma pessoa surda, surda oralizada, [...]

Por 20 anos, 20 anos de minha vida, convivi com a surdez, convivi com o preconceito, com a discriminação, aprendi Libras por espontânea vontade, porque eu quis aprender para conversar com os meus colegas sinalizantes e não porque a Libras foi me imposta de forma obrigatória no meu aprendizado escolar. [...]

[...]Eu nunca fiz uso da Libras porque a Libras não era a minha escolha como cidadão brasileiro. A minha escolha foi pela oralização e é isso que eu defendo. Não quero, a Anaso não quer excluir o direito dos nossos colegas sinalizantes em nenhum ponto. Se o projeto de lei tiver que ser aprovado, que ele seja modificado para que fique claro que quando se fala todos os acordos está englobando em torno das pessoas com deficiência que todos temos e isso não é correto. [...]

deve falar que é um projeto de lei que o governo vai disponibilizar uma política de ensino para os nossos colegas surdos sinalizantes que optem por aprender esse sistema. É isto que nós queremos, porque os alunos oralizados têm que escolher por eles próprios.

Eu posso ser representante legal se os pais que querem ter uma outra oportunidade, que querem seguir o caminho da organização e isso é que o governo deve fazer, permitir essa facilidade na escola de acordo com a necessidade específica de cada estudante com deficiência. Então, a confusão que se faz e quando se fala, todos nós, todos. A palavra todos, todos engloba todo tipo de surdez, surdez leve, surdez moderada ou profunda... e o grupo de todos sinalizados. [...]

É um movimento legítimo. Eu, como advogado, defendo os surdos sinalizantes, tenho vários clientes que são surdos sinalizantes e sei falar em Libras, justamente para poder conversar com essas pessoas que estão todos inabilitados. Mas foi uma escolha, escolha pessoal minha. Eu fiz a escolha e é isso que nós queremos que esse projeto.

Fonte: Audiência Pública: Direitos das Pessoas com Deficiência - Nem todo surdo precisa de Libras. - 21/6/2021

Assim como os outros integrantes da Anaso, o senhor Arlindo reforça que o poder público e a sociedade precisam dialogar com o grupo de surdos oralizados. É de extrema importância que neste projeto conste que a educação bilíngue serve para surdos sinalizantes. Como ele mesmo diz, os surdos oralizados optaram pela língua portuguesa, que nessa perspectiva é importante ter a valorização deste pedido feito pela e por eles, pois uma vez que o projeto seja aprovado isso colocaria todos os surdos dentro de uma caixinha e padronizada. Por isso, voltamos a reafirmar que é importante considerar as vivências, as diferenças surdas e as especificidades de cada grupo de surdos, oralizados e sinalizantes.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo, evidencia-se que as políticas públicas são essenciais na conquista e manutenção de direitos sociais, bem como que a participação popular esteve presente nos dois vídeos analisados, o que é relevante para a garantia dos direitos, assim como aponta (SOUZA, 2002). Essa inserção de grupos sociais e/ou de representantes de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas, ressoou nas falas expressas nas duas audiências, em que as pessoas surdas, tanto sinalizantes quanto oralizadas, participaram tentando explicitar e defender suas demandas.

É necessário que haja documentos norteadores que encaminhem de fatos quais políticas públicas é preciso serem feitas, a partir de pesquisas, fóruns e congressos, ao realizar este trabalho percebe-se que falta clareza sobre quais de fato são as políticas que funcionam e que são efetivas para a comunidade surda oralizadas. É preciso ser feito um levantamento real e fiel do que funciona e do que não funciona, e promover assim uma união deste grupo, a fim de se pensar sobre essas políticas a serem criadas.

Como mencionado anteriormente por Soleman e Bousquat, ao pesquisar sobre políticas públicas em saúde, acerca da importância de considerar as especificidades das diferenças surdas, já que, se elas não forem consideradas, apenas uma das partes serão atendidas em suas necessidades para promoção de serviços acessíveis.

Desse modo, a falta de informações e conhecimentos sobre as diferentes concepções de surdez pode prejudicar a instituição de políticas públicas, uma vez que para que as ações, no caso da surdez, não sejam sempre voltadas à oferta de tecnologias para amplificação dos sons ou na reabilitação da função auditiva, as pessoas surdas devem ser vistas em suas especificidades e terem sua cultura e língua respeitadas.

Para que haja melhor qualidade na promoção de direitos às pessoas, é necessário que o foco seja nas necessidades concretas e no modo de vida de cada indivíduo. Para tanto, é essencial que o lema para promoção dos direitos das pessoas com deficiência: “Nada Sobre Nós, Sem Nós” seja atendido e que a participação de representantes de todos os grupos seja convidados a se manifestarem nos debates acerca da promoção, alteração ou exclusão de direitos sociais. Isso sendo respeitado, não acontece o que a ativista surda Patrícia Rezende explica sobre o Epistemicídio e as produções intelectuais das pessoas surdas sejam consideradas

Basicamente o que diferencia as solicitações desses dois grupos de surdos é por conta da sua diferença linguística, já que os surdos oralizados demandam por tecnologias assistivas para o seu desenvolvimento utilizando a língua portuguesa e os surdos sinalizantes demandam a presença da Libras como língua de instrução, comunicação e interação desde os anos iniciais até a educação superior. De todo modo, as audiências e todo ativismo surdo foram fundamentais para o melhor entendimento das autoridades e da sociedade acerca das formas de vidas surdas, bem como para a aprovação da Lei nº 14.191, em 2021, que garante o direito de educação bilíngue de surdos aos surdos sinalizantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Projeto de Lei nº 4909, de 2020.** Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/145112>. Acesso em: 15 fev. 2023

BRASIL. **Decreto nº 6.949.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em 16 fev. 2023

BRASIL. Agência do Senado. **Senado debate educação bilíngue de surdos nesta sexta-feira.** Disponível em <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/20/senado-debate-educacao-bilingue-de-surdos-nesta-sexta-feira#:~:text=O%20objetivo%20da%20audi%C3%Aancia%20p%C3%ABlica,do%20dia%2012%20de%20maio>. Acesso 16 fev. 2023

BRASIL. Audiência Pública: **Educação bilíngue de surdos é tema de sessão no Senado.** 21/5/2021. 1 vídeo (3h 35m 58s). Publicado pelo canal TV Senado. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=pkAFKbHJZ1o>. Acesso 15 fev. 2023.

BRASIL. Audiência Pública: **Direitos das Pessoas com Deficiência - Nem todo surdo precisa de Libras.** 21/06/2021. 1 vídeo (2h 29m 53s). Publicado pelo canal Câmara dos Deputados Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=IpJuxPb2TKI>. Acesso em 15 fev. 2023.

CAMPELLO, A. R; REZENDE, P. L. F. Em defesa da escola bilíngue para surdos: a história de lutas do movimento surdo brasileiro. Curitiba Educar em Revista, Brasil, Edição Especial n. 2/2014, Editora UFPR. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-2/06.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2023

COSTA, BIANCA SILVA LOPES ; **RIBEIRO, SÁTILA SOUZA** . A representação da surdez na literatura: vivências e experiências de surdos e familiares de surdos. ESTUDOS DE LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA, v. 50, p. 101-121, 2018.

EVARISTO, Conceição. Olhos d'água. Rio de Janeiro. Pallas, 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6a ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-etc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso: 16 fev. 2023

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais.** Liv Sovik (org). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

LIMA, Marisa Dias. Política educacional e política linguística na educação dos e para os surdos. 2018. 454f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.614>

Lodi, A. C. B. (2012). Desenvolvimento de linguagem e apropriação da Libras como primeira língua por crianças surdas e práticas de letramento. In C. R. M. Giroto, S. E. S. O. Martins, & A. P. Berberian (Orgs.), *Surdez e educação inclusiva* (pp. 13-35). Marília: Oficina Universitária.

MARTINS, V. R. O.. Educação de surdos e atuação de intérpretes educacionais em escolas com propostas bilíngues. FILOSOFIA E EDUCAÇÃO, v. 11, p. 535-566, 2020.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

PERLIN, Gladis. *O ser e o estar sendo surdos: alteridade, diferença e identidade*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2003.

Müller, J. I., Sturmer, I. E., Karnopp, L. B., & Thoma, A. S. (2013). Educação bilíngue para surdos: interlocução entre políticas linguísticas e educacionais. *Nonada: Letras em Revista*, 2(21), 1-15.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. *Língua de Sinais Brasileira*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

QUADROS, Ronice Muller de; KARNOPP, Lodenir Becker (2004). *Língua brasileira de sinais: estudos linguísticos*. Porto Alegre: Artmed.

REZENDE-CURIONE, P. L. F. Escola Bilíngue de Surdos: Comunidade Linguística ou Comunidade Segregada? *Revista Espaço*, 2022a. v. 57, p. 101–111

REZENDE, P. L. Apresentação Pública de Pós-Doutorado: Epistemicídio nas políticas públicas em educação de surdos. Campinas, [s. n], 23 maio 2022b. 1 vídeo (3h 26 min 25 s). Publicado pelo canal Faculdade de Educação da Unicamp. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DYDn045EfuU>. Acesso: 15 fev. 2023.

SOLEMAN, C.; BOUSQUAT, A. E. M. . Políticas de saúde e concepções de surdez e de deficiência auditiva no SUS: um monólogo?. *CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA*, 2021.Disponível em <https://www.scielo.br/j/csp/a/4h6BMPsHHKxR3s6cdCRPQGg/abstract/?lang=pt>. Acesso 15 fev. 2023.

SOUZA, Celina,. Políticas Públicas: Conceitos, Tipologias e Sub-Áreas. Trabalho elaborado para a Fundação Luís Eduardo Magalhães, em dezembro de 2002. Disponível em <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 15 fev 2023

Skliar, C. (1998). *A surdez: um olhar sobre as diferenças* Porto Alegre: Mediação.

STOKOE, W. 1960. Sign Language Structure: An outline of the visual communication systems of the american deaf. *Studies in Linguistics*, n^o 8 University of Buffalo.

TEIXEIRA, Thiago. Inflexões éticas. Belo Horizonte: Editora Senso, p. 41. 2019.